

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

KENEYSIANISMO E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA FRANCESA APÓS  
A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Luiz Fernando Mendes de Almeida Neto

Nº de Matrícula: 0810640

Orientador: Márcio Antonio Scalercio

Dezembro de 2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

KENEYSIANISMO E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA FRANCESA APÓS  
A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

---

Luiz Fernando Mendes de Almeida Neto

Luiz Fernando Mendes de Almeida Neto  
Nº de Matrícula: 0810640

Orientador: Márcio Antonio Scalercio

Dezembro de 2012

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

*“Les hommes n'acceptent le changement que dans la nécessité et ils ne voient la nécessité que dans la crise.”*

Jean Omer Marie Gabriel Monnet

Os homens só aceitam a mudança quando há necessidade e eles só vêm a necessidade quando há crise.

## Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>5</b>
1.1	Problemática.....	5
1.2	Metodologia.....	5
1.3	Objetivo da pesquisa.....	5
1.4	Estrutura do trabalho.....	6
<b>2</b>	<b>Referencial Teórico.....</b>	<b>7</b>
2.1	Keynesianismo e o intervencionismo.....	7
2.1.1	Intervencionismo.....	9
<b>3</b>	<b>Implementação das políticas econômicas.....</b>	<b>10</b>
3.1	França após 1945.....	10
3.1.1	País esgotado economicamente e socialmente.....	10
3.1.2	Uma recuperação que apresenta diversos desafios.....	12
3.2	Os planos econômicos e o planejamento até 1975.....	14
3.2.1	Plano Monnet 1947-1953.....	14
3.2.2	Segundo Plano 1954-1957.....	15
3.2.3	Terceiro Plano 1958-1961.....	16
3.2.4	Quarto Plano 1962-1965.....	17
3.2.5	Quinto Plano 1966-1970.....	18
3.2.6	Sexto Plano 1971-1975.....	19
3.2.7	Plano Schuman.....	19
3.2.7.1	Declaração de 9 de maio de 1950.....	20
3.2.7.2	A criação da CECA.....	21
3.2.8	Plano Marshall.....	22
3.2.8.1	A organização do plano.....	24
<b>4</b>	<b>As políticas econômicas francesas e o keynesianismo.....</b>	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>Conclusão.....</b>	<b>31</b>
	<b>Bibliografia.....</b>	<b>33</b>

# 1 Introdução

## 1.1 Problemática

Após a Segunda Guerra Mundial a França estava do lado vencedor, mas também estava destruída econômica e socialmente. Devida a sua política econômica de recuperação no período do pós-guerra, liderada por Jean Monnet, o país pôde de fato se recuperar e retornar ao seu status de país potência. De que forma essas políticas econômicas de recuperação francesa se aplicam a teoria keynesiana? Essa é a questão principal que esse trabalho pretende responder.

## 1.2 Metodologia

O presente trabalho fará uma análise da teoria de Keynes a fim de identificar suas características fundamentais e suas implicações práticas especificamente no contexto Francês. A análise das políticas econômicas de recuperação da França será feita com base em três pontos principais. Além disso, também será abordada a situação francesa no pós-guerra, os planos econômicos que foram elaborados e seus resultados. O foco central será os planos idealizados pelo principal líder, no âmbito econômico, dessa recuperação, Jean Monnet. As análises serão feitas com base na literatura pertinente ao tema.

## 1.3 Objetivo da pesquisa

O presente trabalho tem por objetivo analisar as políticas econômicas da recuperação francesa à luz das principais características da teoria keynesiana. Os principais aspectos dessas políticas serão confrontadas com a teoria keynesiana para avaliar até que ponto a política Francesa se aproxima dessa linha do pensamento econômico.

#### 1.4 Estrutura do trabalho

O trabalho será dividido em cinco partes principais com seus respectivos subtítulos. A primeira parte será a introdução, seguido do referencial teórico baseado no arcabouço teórico de Keynes, em terceiro virá a implementação das políticas econômicas para a recuperação francesa, em quarto a análise dessas políticas em relação a teoria keynesiana e por fim, a quinta parte será a conclusão.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Keynesianismo e o intervencionismo

John Maynard Keynes revolucionou o pensamento econômico. Ele se formou em Cambridge na Inglaterra, frequentando a elite intelectual desde muito jovem. Apaixonado pela política, ele sempre se posicionou sobre as importantes questões do seu tempo. Ele deixou temporariamente sua vida em Cambridge, para trabalhar no Tesouro do Reino Unido durante a Conferência de Paz em Versalhes. Como era fortemente contra as reparações de guerra que o Tratado de 1919 impôs aos alemães, demitiu-se do Tesouro britânico e escreveu “As Consequências Econômicas da Paz”, expondo seus pensamentos sobre tais reparações. Foi no contexto da crise econômica dos anos 30 nos Estados Unidos que escreveu, em 1936, sua obra principal, “A Teoria Geral do Emprego, Juros e Dinheiro”.

Nesse livro, Keynes criou uma alternativa a teoria clássica anterior, em relação a visão de longo prazo dos ciclos econômicos, ao liberalismo e a importância das políticas monetárias e fiscais.<sup>1</sup> Ele explicou como os ciclos econômicos, influenciados pelos empresários, afetavam a economia como um todo. A contribuição foi tão importante que a corrente do pensamento econômico derivada de suas ideias teve o nome de keynesianismo.

Essa corrente se desenvolveu em torno de suas ideias acerca dos ciclos econômicos. Para Keynes, a incerteza em relação ao futuro, na prática, incentivavam os empresários a serem mais cautelosos e, assim, a investirem menos do que deveriam.<sup>2</sup> Outro problema era o ciclo vicioso gerado por uma fraca demanda: uma demanda em baixa, gerava menos emprego, resultando em uma produção menor e salários mais baixos, e portanto, menos demanda.<sup>3</sup> Assim, a solução do primeiro problema passa pela criação de instituições e regras que reduzissem a incerteza em relação ao futuro, enquanto a do segundo, era necessário uma política econômica que reaquescesse a demanda agregada.

---

<sup>1</sup> NAPOLEONI, C. A Teoria Económica no Século XX, Editorial Presença, Lisboa, 1963, pg. 94

<sup>2</sup> NAPOLEONI, C. A Teoria Económica no Século XX, Editorial Presença, Lisboa, 1963, pg. 95

<sup>3</sup> COSTA, N. e LAUNAY, O. John Maynard Keynes: vie, oeuvre, concepts, Broché, Paris, 2010

A teoria de Keynes também trouxe à luz diversos outros conceitos. Esses eram de que (i) o desemprego era afetado pela demanda agregada e não pelos níveis de preços, (ii) a teoria da preferência pela liquidez, em que a taxa de juros era determinada pela oferta e demanda pela moeda (iii) o conceito de eficiência marginal do capital como uma explicação dos investimentos, fazendo com que o investimento fosse fator determinante para o nível de poupança da economia e (iv) a ideia no âmbito psicológico de que o consumo aumenta em uma proporção menor do que um aumento da renda.<sup>4</sup>

Esses conceitos passaram a integrar a macroeconomia moderna, e são utilizados para explicar a ideia de políticas econômicas intervencionistas pelo Estado, afim de evitar recessões e tentar manter sempre a economia nos trilhos certos.

### Teoria Geral do Emprego, Juros e da Moeda

Um dos objetivos principais de Keynes, era descobrir os fatores que determinam o nível de emprego. Ele se opunha a análise do mercado de trabalho dos economistas clássicos. Keynes rejeitava a ideia de que o mercado de trabalho era regido pela lei da oferta e da demanda. Para Keynes, o volume de emprego depende apenas da decisão de contratação dos empresários, que, por sua vez, baseiam suas decisões de contratação sobre a expectativa da demanda.<sup>5</sup> Logo, eles ofertam um nível de produção igual à quantidade de bens que eles esperam vender, com o objetivo de maximizarem seus lucros.

Portanto, é a demanda agregada que determina os volumes de produção e de emprego. A demanda tem dois componentes: o consumo das famílias e o investimento dos empresários. O consumo aumenta de acordo com a renda, mas como já mencionado, dada a psicologia do consumidor, esse aumento do consumo é menor em proporção ao aumento da renda.<sup>6</sup> A parte que não é consumida se beneficia do aumento da poupança. Assim, todo aumento de renda aumenta o consumo, que aumenta o nível de emprego.

---

<sup>4</sup> POULON, F. La Pensée Économique de Keynes, Broché, Paris, 2011

<sup>5</sup> MIGNON, V. La Macroéconomie après Keynes, La Découverte, Paris, 2010

<sup>6</sup> MIGNON, V. La Macroéconomie après Keynes, La Découverte, Paris, 2010

### 2.1.1 Intervencionismo

As ideias da Teoria Geral do Emprego, Juros e da Moeda, fazem parte da análise macroeconômica moderna. Ao concentrar-se sobre os determinantes da produção e do emprego, Keynes revolucionou o pensamento econômico, que se concentrava na questão da alocação eficiente dos recursos e o estabelecimento dos preços de longo prazo.

Para ele, o nível de emprego depende do "estado de espírito" dos empresários cuja as expectativas podem ser autorrealizáveis. Basta que seu otimismo o incentive a investir, em vez de especular, que a situação econômica melhora. Da mesma forma, a incerteza leva os agentes a contratarem menos, desencadeando o ciclo vicioso.<sup>7</sup> Então, não há garantia de que as previsões dos agentes levaria ao pleno emprego. A economia poderia estagnar em uma situação de subemprego, com um persistente desemprego involuntário. Dessa forma, para o keynesianismo, a incerteza desempenha um papel fundamental.

Portanto, o sistema econômico não se autorregula. Então, Keynes destacou a importância do intervencionismo pela possibilidade do Estado de implementar políticas de redistribuição de renda, com o objetivo de estimular o consumo, e políticas econômicas conjecturais, através de políticas fiscais e monetárias, para incentivar o investimento.<sup>8</sup>

Feitas essas considerações, passaremos à análise dessa teoria ao contexto Francês pós guerra.

---

<sup>7</sup> COSTA, N. e LAUNAY, O. John Maynard Keynes: vie, oeuvre, concepts, Broché, Paris, 2010

<sup>8</sup> COSTA, N. e LAUNAY, O. John Maynard Keynes: vie, oeuvre, concepts, Broché, Paris, 2010

### 3 Implementação das políticas econômicas

#### 3.1 França após 1945

##### 3.1.1 País esgotado economicamente e socialmente

A Segunda Guerra Mundial marcou a história da humanidade. Foi uma guerra que envolveu não só militares, como civis também. Logo após seu término, o cenário na Europa era de cidades e campos destruídos, crianças órfãs, grupos de pessoas subnutridas atravessando os campos de batalha.<sup>9</sup> “Tudo e todos – exceto as bem nutridas forças aliadas de ocupação – parecem surrados, desprovidos de recursos, exauridos.”<sup>10</sup>

Diferentemente da Primeira Guerra, a Segunda atingiu a população civil como um todo, onde o combate formal militar se concentrou mais no início e no final, do que durante o período da guerra. O conflito se deu pela exploração, ocupação, repressão e extermínio.<sup>11</sup> A guerra de ocupação não era uma novidade para a Europa, mas a Segunda Guerra Mundial foi caracterizada pelo tratamento que os alemães deram as populações dominadas. Antigamente, o exército de ocupação cultivava as terras para sua sobrevivência e só matavam e atacavam civis ocasionalmente. Mas os povos que foram dominados pela Alemanha durante a disputa foram obrigados a servi-la ou então eram exterminados. Foi a primeira vez que o Estado europeu moderno mobilizou todo seu poderio com o objetivo de conquistar e explorar outros europeus.<sup>12</sup>

Os nazistas exploraram os países por eles dominados da maneira que lhe fosse mais conveniente. Muitas vezes se aliavam a um dos grupos locais, que logo exercia seu domínio sobre os demais. Dessa maneira eles economizavam contingente pois usavam o próprio povo local para dominar seus compatriotas. Nessa perspectiva a guerra teve um prejuízo muito maior em termos da comunidade do que em termos de perdas econômicas. “As perdas materiais sofridas pelos europeus durante a guerra, por mais terrível que tenha sido o conflito, foram insignificantes, comparadas às perdas

---

<sup>9</sup> JUDT T., Pós-Guerra – Historia da Europa desde 1945, Objetiva, Rio de Janeiro, 2007

<sup>10</sup> JUDT T., Pós-Guerra – Historia da Europa desde 1945, Objetiva, Rio de Janeiro, 2007, pg 27

<sup>11</sup> JUDT T., Pós-Guerra – Historia da Europa desde 1945, Objetiva, Rio de Janeiro, 2007

<sup>12</sup> JUDT T., Pós-Guerra – Historia da Europa desde 1945, Objetiva, Rio de Janeiro, 2007

humanas. Estima-se que cerca de 36,5 milhões de europeus sucumbiram, entre 1939 e 1945, de causas relacionadas com a guerra”<sup>13</sup>.

A segunda guerra foi de grandes proporções na França, setenta e quatro departamentos administrativos foram diretamente envolvidos, contra apenas treze departamentos envolvidos durante a Primeira Guerra Mundial.<sup>14</sup>

Os estragos econômicos e sociais foram devastadores. Uma das provas eram as cidades em ruínas e havia milhares de pessoas desabrigadas uma vez que prédios residenciais e casas foram uma das áreas mais destruídas. A infraestrutura dos países também estavam reduzidas, mais em alguns do que em outros. No período dos quatro anos de ocupação, os combates e bombardeios destruíram usinas, a malha ferroviária e fábricas e os seus recursos foram sistematicamente saqueados.

As cidades da costa do Oceano Atlântico foram as mais afetadas pelo bombardeio aliado. A partir de 1941 os ingleses bombardearam os principais portos da região da Bretanha. A entrada dos Estados Unidos na guerra e o aumento do combate contra os alemães geraram ondas crescentes do bombardeio a França.

As bases militares alemãs na costa atlântica francesa foram um dos principais alvos das bombas anglo-americanas. As cidades de Brest, Le Havre, Lorient, Saint-Nazaire, Nantes, Rennes, Rouen foram consideravelmente destruídas. A população teve de ser evacuada. A técnica de bombardeamento em alta altitude provocou uma grande dispersão do projéteis explosivos, tendo um efeito colateral negativo sobre a população civil.

Um segundo objetivo dos ataques aéreos era destruir o complexo industrial francês, que fez parte da cooperação econômica trabalhando para a economia de guerra alemã. Nem a periferia parisiense foi poupada quando a fábrica da Renault foi atacada em Boulogne-Billancourt.

Os preparativos para o desembarque na Normandia intensificou mais ainda os bombardeios durante 1944. Os objetivos destes ataques aéreos maciços eram a destruição de pontes e estradas de ferro que na maioria das vezes se localizavam perto das cidades. Impondo as consequências mais uma vez sobre os civis.

A escala de destruição foi sem precedentes na França e a economia estava devastada. Uma fraca produção industrial, produção agrícola reduzida em mais de

---

<sup>13</sup> JUDT T., Pós-Guerra – História da Europa desde 1945, Objetiva, Rio de Janeiro, 2007,pg 31

<sup>14</sup> VESSEMONT H. e ARNAUD N., Le Bac Histoire-Géographie, First, Paris, 2011

cinquenta por cento e o desaparecimento do comércio são acompanhados pelo aumento dos preços, desvalorização da moeda, dívida e descontentamento social.<sup>15</sup>

Em 1945, as baixas militares (250.000) e civis (350.000) e o déficit de nascimentos e emigração resultaram em um declínio da população francesa de cerca de 1,5 milhões de pessoas.<sup>16</sup> A produção agrícola, somada a carência de novos investimentos por parte dos camponeses desde meados da década de 1920, caiu em um terço desde 1938. Isso causou escassez e conseqüentemente problemas de fornecimento no atacado sendo assim, a produção, incapaz de atender as necessidades alimentares da população.<sup>17</sup> Em relação aos imóveis, 25% do total foram parcial ou totalmente destruídos. A produção industrial estava em níveis de menos da metade de 1939, enquanto a infraestrutura de transporte estava muito danificada. Das 12 mil locomotivas existentes antes da guerra apenas 2.800 funcionavam ao fim dela, mais de dois terços da frota mercante foram afundadas. O país teve sua rede de transportes ferroviários, rodoviários e aquáticos reduzidos em 40% entre o início e o final do combate.<sup>18</sup> A situação financeira também era muito ruim devido ao aumento do déficit orçamental e da inflação. Os preços quadruplicaram entre 1938-1944. A falta de carvão impedia a rápida recuperação da produção de aço. Devido aos saques durante a ocupação, a impossibilidade de investimento a curto prazo e a destruição, a produção industrial era de 29% em relação ao seu nível antes da crise financeira de 1929.<sup>19</sup>

### 3.1.2 Uma recuperação que apresenta diversos desafios

Após sua liberação a França se encontrava em um estado particularmente crítico. Setenta e dois departamentos foram diretamente afetados pelas destruições e suas infraestruturas ficaram comprometidas. A economia foi reduzida devido aos quatro anos de ocupação, além do que já havia sofrido com a crise de 1929. Portanto, o que restou da economia isoladamente não era o suficiente para conduzir a reconstrução.

---

<sup>15</sup> BRISSON E. e SMITS F., *Prepabac*, Hatier, Paris, 2009, pg. 46

<sup>16</sup> CLORIEN F. “Les morts de la Seconde Guerre mondiale” Disponível em < <http://www.cndp.fr/crdp-reims/memoire/bac/2GM/etudes/05morts.htm> > Acesso em: 22/10/2012

<sup>17</sup> VESSEMONT H. e ARNAUD N., *Le Bac Histoire-Géographie*, First, Paris, 2011, pg. 180

<sup>18</sup> JUDT T., *Pós-Guerra – Historia da Europa desde 1945*, Objetiva, Rio de Janeiro, 2007

<sup>19</sup> VESSEMONT H. e ARNAUD N., *Le Bac Histoire-Géographie*, First, Paris, 2011, pg. 180

Enquanto o franco se depreciava, o mercado negro se desenvolvia cada vez mais, tomando conta do escoamento da já comprometida produção agrícola. O país ainda vivia sob o sistema de racionamento que durou até 1949, chegando em 1947 no seu ano mais severo. A falta de moeda em circulação também dificultava o consumo e investimentos para reconstrução.

Nesse cenário de grande destruição, o Governo Provisório da República Francesa se lança com o objetivo de gerar e recuperar o crescimento econômico e ao mesmo tempo modernizar a economia. O Estado tomou as rédeas da economia e aplicou uma série de planos quinquenais, tendo como principal responsável Jean Monnet. Ao mesmo tempo, nacionalizaram muitas empresas em diversos setores, como por exemplo no setor de energia (EDF)<sup>20</sup>, para que pudesse dispor dos meios necessários para conduzir a reconstrução, nos setores bancários e de seguros (Banque de France)<sup>21</sup>, para orientar os investimentos e poder redistribuir os resultados por eles gerados.

Segundo o historiador Tony Judt, o planejamento francês, diferentemente do planejamento da União Soviética, que consistia em metas de produção arbitrárias para cada setor e mercadoria, criou mecanismos para dar ao governo uma estratégia e estímulos para atingir os objetivos por ele determinados.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Loi n° 46-628 du 8 avril 1946 sur la nationalisation de l'électricité et du gaz, [www.legifrance.gouv.fr/](http://www.legifrance.gouv.fr/)

<sup>21</sup> Loi n° 45-15 du 2 décembre 1945 relative à la nationalisation de la Banque de France et des grandes banques et à l'organisation du crédit, [www.legifrance.gouv.fr/](http://www.legifrance.gouv.fr/)

<sup>22</sup> JUDT T., Pós-Guerra – História da Europa desde 1945, Objetiva, Rio de Janeiro, 2007, pg 85

### 3.2 Os planos econômicos e o planejamento até 1975

Após a Segunda Guerra Mundial o país precisava recuperar o atraso econômico decorrente da guerra e modernizar sua economia para poder, posteriormente, fazer frente a competitividade do mercado internacional. Foi com essa motivação que Jean Monnet idealizou o Plano Monnet em 1945, criando a base e início do planejamento francês que teve sua continuidade através de uma série de outros planos para concluir a reconstrução e modernização.

#### 3.2.1 Plano Monnet 1947-1953

O Plano Monnet traduziu em ação o dilema francês após a Segunda Guerra, modernização ou decadência.<sup>23</sup> Seu objetivo principal era responder a uma situação de atraso econômico e incentivar a retomada da produção a fim de suprir as necessidades básicas primeiramente da indústria e depois da população, melhorando as condições de vida e elevando o padrão da população em geral.<sup>24</sup> Para atingir essas metas era necessário equipar e modernizar a produção das atividades e setores considerados mais importantes; modernizar a agricultura para suprir as necessidades de alimentação; alocar os meios disponíveis de maneira eficiente para realizar a reconstrução das áreas destruídas pelo setor público e desenvolver as indústrias de exportação para poder equilibrar o saldo das contas do balanço de pagamentos.

O carvão era a matéria-prima necessária para alimentar a indústria e assim conduzir a reconstrução. Apesar de grande parte do carvão da Europa se encontrar na fronteira entre a França e Alemanha, na região da Alsácia-Lorena, a maioria das reservas estavam em território alemão.<sup>25</sup> Portanto, Monnet propôs em seu plano um gerenciamento internacional das reservas a fim de favorecer o escoamento da produção para a França e regular o mercado da melhor maneira possível. Esse objetivo seria

---

<sup>23</sup> MONNET, J. Mémoires, Fayard, Paris, 2011

<sup>24</sup> MONNET, J. “Jean Monnet annonce les objectifs du premier plan”. Disponível em: <<http://www.ina.fr/fresques/jalons/fiche-media/InaEdu01013/>> Acesso em: 02/11/2012

<sup>25</sup> HUYNH K. e BESANCENOT D., Économie industrielle, Broché, Paris, 2004

atingido concretamente mais tarde, em 1951, com o Plano Schuman e a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Para a realização desses objetivos, o plano focou na reconstituição dos bens públicos e instalações privadas danificadas ou destruídas durante a guerra. Nessa primeira fase a produção de seis setores foram considerados essenciais. Esses setores eram o de carvão, eletricidade, cimento, maquinaria agrícola, transporte e aço.<sup>26</sup>

Para ter uma melhor gerência e uma visão mais global da economia com um todo, devido a crescente importância econômica do Estado, a necessidade de reconstrução e a consciência do atraso francês no campo de quantificação econômica durante as negociações com os norte-americanos, foi criado em 1950 o *Services des Études Economique et Financières* (SEEF) com o objetivo de centralizar todos os números de cada ministério em um só documento.<sup>27</sup> Era a primeira vez que o país aplicava uma abordagem mais científica e precisa da contabilidade nacional.

### 3.2.2 Segundo Plano 1954-1957

O Segundo Plano coincidiu com os últimos anos da Quarta República. Ele também se baseava em metas quantitativas de produção, mas o número de setores abrangidos foi maior. O planejamento se estendeu às áreas de investimento público, incluindo principalmente a construções de escolas e equipamentos hospitalares. O estabelecimento de programas plurianuais foi organizado, não a pedido dos ministros responsáveis por cada setor da economia, mas sim por iniciativa do Tesouro, a fim de definir prioridades ao grande acúmulo de pedidos de crédito.<sup>28</sup>

O plano também tinha o objetivo de gerir com uma maior eficácia os recursos materiais e humanos da economia.<sup>29</sup> Dessa forma o governo investiu em pesquisa e desenvolvimento, organização dos mercados agrícolas, reestruturação societária e adaptação da força de trabalho para os setores necessários.

---

<sup>26</sup> MONNET, J. “Jean Monnet annonce les objectifs du premier plan”. Disponível em: <<http://www.ina.fr/fresques/jalons/fiche-media/InaEdu01013/>> Acesso em: 02/11/2012

<sup>27</sup> TERRAY A. “L’organisation de la prévision économique au ministère des Finances entre 1948 et 1968” Disponível em: <[http://www.minefi.gouv.fr/notes\\_bleues/nbb/nbb250/250\\_org.htm](http://www.minefi.gouv.fr/notes_bleues/nbb/nbb250/250_org.htm)> Acesso em: 04/11/2012

<sup>28</sup> PHILIPPONNEAU M., L’information géographique, Volume 19 n°1, 1955.

<sup>29</sup> FOURASTIÉ, J, e COURTHEOUX, J. La planification économique en France, P.U.F., Paris, 1963

Portanto, o planejamento deixou de ser apenas quantitativo, passando a se preocupar com uma melhor qualidade e maior eficácia da produção. O intuito era melhorar e aumentar a competitividade da economia francesa em relação a qualidade e preços visando atingir uma melhor condição de troca da economia do mercado interno e externo.<sup>30</sup>

Apesar das dificuldades decorrentes da Guerra da Argélia, o plano foi relativamente bem sucedido. No período a produção industrial teve um aumento de 25%, a produção agrícola aumentou em 20% e as construções em 60%. No entanto, em relação ao mercado externo o país ainda era deficitário uma vez que as importações aumentou, mais do que os 40% das exportações, para atender a demanda interna da produção.<sup>31</sup>

### 3.2.3 Terceiro Plano 1958-1961

O crescimento econômico continuava a ser o fio condutor durante o terceiro plano, mas havia um novo contexto que deveria ser levado em conta. O primeiro aspecto era o peso da evolução da Guerra da Argélia e a pressão inflacionária gerada pela mesma. Em segundo era a chegada iminente à idade economicamente ativa da geração do *baby-boom* do pós-guerra. Por último era a entrada em vigor em janeiro de 1958 do Tratado de Roma que abria as fronteiras da França para o início da união econômica europeia.<sup>32</sup>

A elaboração do plano, em uma situação de reorganização econômica e política desejada por Charles De Gaulle em sua volta ao poder, foi marcado por duas mudanças significativas. Primeiro, foi o uso das contas nacionais para formular um meta de crescimento do produto interno bruto e para testar a consistência das metas do Plano. Segundo foi a introdução da utilização de previsões futuras através de projeções de longo prazo do planejamento.<sup>33</sup> O plano também tinha como meta preparar a economia

---

<sup>30</sup> PHILIPPONNEAU M., L'information géographique, Volume 19 n°1, 1955.

<sup>31</sup> PASCALLON, P., Synoptique des plans, Cahiers français, coll. "La Documentation Française", Paris, 1977 pg. 24

<sup>32</sup> FONTAINE P., La Déclaration Schuman 9 mai 1950, Groupe du PPE-DE Service Recherche et Documentation, 2000

<sup>33</sup> FOURASTIÉ, J, e COURTHEOUX, J. La planification économique en France, P.U.F., Paris, 1963

para receber a chegada da mão de obra da geração do *baby-boom*, e assim poder atingir ao máximo uma situação de pleno emprego dos jovens.

Porém, a partir de 1958 o país não estava vivendo uma situação muito favorável causado por um excesso de demanda interna, tensões no mercado de trabalho causada pelos sindicatos, desequilíbrio do comércio externo e o já mencionado peso causado pela Guerra da Argélia.<sup>34</sup> Essa situação obrigou o poder público a tomar medidas rigorosas para reestabelecer a ordem.

### 3.2.4 Quarto Plano 1962-1965

Por volta de 1960, a economia francesa estava vivendo um momento de crescimento mais sustentável.<sup>35</sup> A França passou por uma situação de escassez à abundância relativa e começou a surgir o consumo de massa pelo aumento de padrão de vida da população. É nesse novo contexto econômico que os princípios originais do planejamento mudou de amplitude. O novo plano, não era apenas para direcionar a produção para setores prioritários, mas também para passar a garantir as melhores condições possíveis para o desenvolvimento econômico e social da nação.<sup>36</sup> Portanto o planejamento se tornou mais indicativo. Embora a abordagem ainda era mais macroeconômica, a dimensão social passou a ser levada em conta. Assim, os objetivos definidos não estavam mais sujeito apenas a satisfação do Estado. O ato de 4 de agosto de 1962, que aprovou o "Plano de Desenvolvimento Econômico e Social", marcou, pela primeira vez, a definição de termos necessários para serem aprovados pelo Parlamento.<sup>37</sup>

A implementação do quarto plano se deu em condições favoráveis. O crescimento econômico mundial e o compromisso do General De Gaulle e do governo com o planejamento, sendo a base para a escolha de suas políticas econômicas.

---

<sup>34</sup> BELTRAN A., De Monnet à Massé. Enjeux politiques et objectifs économiques dans le cadre des quatre premiers Plans (1946-1965), *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, vol. 43, n° 5, 1988, pg. 1193

<sup>35</sup> HUYNH K. e BESANCENOT D., *Économie industrielle*, Broché, Paris, 2004

<sup>36</sup> BELTRAN A., De Monnet à Massé. Enjeux politiques et objectifs économiques dans le cadre des quatre premiers Plans (1946-1965), *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, vol. 43, n° 5, 1988, pg. 1196

<sup>37</sup> BELTRAN A., De Monnet à Massé. Enjeux politiques et objectifs économiques dans le cadre des quatre premiers Plans (1946-1965), *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, vol. 43, n° 5, 1988, pg. 1197

Inovações processuais reforçam a atmosfera consensual em torno do plano, com a criação do Conselho Superior para o Plano, consulta ao Conselho Econômico e Social sobre orientações gerais e a reintegração do sindicato CGT a Comissão de Modernização.

Nesse contexto, o quarto plano é estruturado com três objetivos principais. O primeiro era um forte crescimento respeitando o equilíbrio da economia, em segundo um aumento dos bens públicos, que eram em parte a infraestrutura, como estradas e ferrovias, e de outro lado os prédios residenciais, escolas, centros de lazer, entre outros, para o desenvolvimento social e econômico, duas vezes mais rápido do que o PIB e por último um esforço para corrigir as desigualdades sociais e regionais.<sup>38</sup> O foco passou a ser sobre os problemas da distribuição dos frutos do crescimento, ou seja, em relação ao excedente, especialmente o que deveria ser reservado para os serviços relacionados aos gastos para o consumo.

### 3.2.5 Quinto Plano 1966-1970

A missão atribuída ao quinto plano era de conciliar um boom industrial rápido e o progresso social através do desenvolvimento dos bens públicos, em um contexto de aumento da concorrência devido à abertura das fronteiras. Ele também estabelece normas indicativas de preços e salários para conter as tendências inflacionárias. Com o intuito de evitar um superaquecimento da economia, a meta de crescimento foi ligeiramente reduzida a partir do quarto plano. O desenvolvimento da competitividade do aparelho produtivo, controle de renda e dos preços tornaram-se as principais preocupações.<sup>39</sup>

O choque de maio de 1968<sup>40</sup> afetou um pouco a execução do quinto plano. Apesar do crescimento não ter sido afetado, os preços começaram a sair do controle resultando em uma desaceleração dos bens públicos. O desempenho da economia francesa estava limitado pela insuficiência de formação profissional e também pela gestão das relações sociais dentro das empresas.

---

<sup>38</sup> FOURASTIÉ, J, e COURTHEOUX, J. La planification économique en France, P.U.F., Paris, 1963

<sup>39</sup> FOURASTIÉ, J, e COURTHEOUX, J. La planification économique en France, P.U.F., Paris, 1963

<sup>40</sup> Revolta social contra o tradicionalismo, capitalismo e o governo do General De Gaulle.

### 3.2.6 Sexto Plano 1971-1975

O sexto plano foi baseado sobre a necessidade imperativa de finalização da industrialização. O objetivo era de enfrentar a concorrência internacional cada vez mais difícil e uma divisão global do trabalho cada vez mais acentuada exigindo a reestruturação da indústria francesa.<sup>41</sup> Em paralelo, o plano devia levar em conta os fatores estruturais que limitam o desempenho da economia francesa: a importância relativa da população agrícola, a necessidade de melhorar a gestão das relações sociais dentro das empresas e a falta de moradia que dificulta a mobilidade da mão de obra profissional. Pela primeira vez aparecia a noção de função coletiva, alargando o âmbito do planejamento dos bens públicos.<sup>42</sup>

O plano tentou combinar as orientações gerais desejadas pelo presidente Georges Pompidou, um forte crescimento e a reorganização industrial com uma baixa taxa de inflação, uma parcela crescente de utilitários mais rápido do que a produção e melhoria das condições de vida. Mas o primeiro choque do petróleo em 1973, resultando em uma divisão da taxa de crescimento por dois dentro dos países da OCDE, comprometeu a implementação final do sexto plano.

### 3.2.7 Plano Schuman

Na esfera econômica, as commodities de carvão e de aço eram absolutamente essenciais. O carvão era a fonte de energia mais utilizada e o governo francês, estava ansioso para modernizar sua indústria pesada. A indústria de aço do leste da França tinha uma necessidade urgente de grandes quantidades de carvão. No entanto, os países libertados tinham dificuldade em atender a sua demanda interna. Os únicos campos disponíveis estavam localizados na região alemã do Ruhr, uma vez que o Reino Unido, a Bélgica e a Holanda tinham se retirado temporariamente do mercado internacional.<sup>43</sup> Portanto, a criação de um grupo europeu em torno do carvão e do aço permitiria a França garantir suas necessidades de matérias-primas e ao mesmo tempo enfrentar o

---

<sup>41</sup> HUYNH K. e BESANCENOT D., *Économie industrielle*, Broché, Paris, 2004

<sup>42</sup> FOURASTIÉ, J, e COURTHEOUX, J. *La planification économique en France*, P.U.F., Paris, 1963

<sup>43</sup> ELGIN, G., FOURNIÉ, P., LE MENN, A. e SOUTOU, G. *L'europe de Robert Schuman*, Broché, Paris, 2001

risco de escassez na Europa, diante do desaparecimento de uma autoridade do Ruhr. Foi nesse contexto que nasceu o Plano Schuman.

Logo, os franceses, liderado pelo seu ministro de Relações Exteriores, Robert Schuman, tomaram a iniciativa de propor uma partilha da produção de carvão e de aço na Europa, o que viria a ser a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O Plano Schuman também visava aumentar a produção de carvão e de aço na Europa para impulsionar o crescimento econômico como um todo, e ao mesmo tempo gerar uma redução significativa no custo de produção e venda. De um ponto de vista político, o plano defendia que a integração da Alemanha em uma estrutura Europeia seria a melhor maneira de torná-la inofensiva em relação a seus vizinhos, garantindo assim a paz.<sup>44</sup> Ele também permitiria, que em torno de um interesse comum, as relações franco-alemãs melhorassem, pois colocaria a Alemanha em pé de igualdade, criando um clima de cooperação na Europa.

#### 3.2.7.1 Declaração de 9 de maio de 1950

Em 9 de Maio de 1950, em Paris, Robert Schuman, propôs em um discurso, inspirado por Jean Monnet, a partilha dos recursos de carvão e de aço da França e da Alemanha em uma organização aberta a outros países europeus. Através desta declaração, Schuman e Monnet tinham um audacioso objetivo de iniciar um processo de unificação europeia. Preparada em grande segredo, a declaração, procurou dar um verdadeiro salto psicológico em relação a convicção do povo europeu acerca da união europeia.<sup>45</sup> Mas Schuman deveria obter primeiro o consentimento do governo e dos Estados Unidos. A declaração destacou o papel da França na construção de uma Europa forte, próspera e pacífica, dando início a um debate mais aberto entre os países.

---

<sup>44</sup> ELDIN, G., FOURNIÉ, P., LE MENN, A. e SOUTOU, G. L'Europe de Robert Schuman, Broché, Paris, 2001

<sup>45</sup> FONTAINE P., La Déclaration Schuman 9 mai 1950, Groupe du PPE-DE Service Recherche et Documentation, 2000

### 3.2.7.2 A criação da CECA

A declaração de Schuman, embora tivesse algumas resistências, provocou reações bastante favoráveis na França, Alemanha, Itália e os três países do Benelux, onde os seis ministros de Relações Exteriores destes países se lançaram as negociações baseadas nos princípios do discurso. O trabalho se concentrou principalmente nas escolhas institucionais. Os países do Benelux exigiam uma autoridade verdadeiramente independente, uma vez que não queriam ser dominados pela França e Alemanha.<sup>46</sup> Depois se voltaram para resolver as questões econômicas, especialmente a questão da descartelização da indústria pesada do Ruhr. Por fim resolveram as questões políticas, tal como a composição da autoridade independente.

Em 18 de Abril de 1951, o tratado que instituiu a CECA, foi assinado em Paris por Robert Schuman representando a França, Konrad Adenauer pela Alemanha, Carlo Sforza pela Itália, Joseph Meurice e Paul van Zeeland representando a Bélgica, Jan Van den Brink e Dirk Stikker pela Holanda e Joseph Bech em nome de Luxemburgo.

Foram criadas alguns órgãos que compunham de fato a CECA. A Autoridade Independente assistida por um comité consultivo, Tribunal de Justiça, Assembleia Comum e um Conselho Especial de Ministros. Esse caráter supranacional da Autoridade Independente era uma grande inovação para a época, em que seus membros se comprometiam em defender o interesse comum dos Estados membros, em detrimento de seus interesses individuais.<sup>47</sup> Portanto a Autoridade é dada o devido poder para execução de sua tarefa, podendo intervir nos mercados domésticos de carvão e aço. A sua independência é reforçada pela autonomia financeira do órgão, decorrente de um imposto sobre o volume de negócios das empresas de carvão e de aço.

Passaremos a seguir ao Plano Marshall que foi uma ajuda internacional, por parte dos Estados Unidos da América, de extrema importância para a recuperação francesa e europeia como um todo.

---

<sup>46</sup> GERMAIN, E. e HUSSON, E. Robert Schuman: Homme d'Etat, citoyen du Ciel, Broché, Paris, 2006

<sup>47</sup> KÖVÉR, J. Le plan Schuman: Ses mérites – ses risques, Broché, Paris, 2008

### 3.2.8 Plano Marshall

O Plano Marshall foi o principal programa dos Estados Unidos para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do secretário de Estado americano George Marshall. O plano foi desenvolvido em conjunto com os países europeus durante julho de 1947. A URSS e seus países da Europa Central foram convidados a fazer parte, mas Stalin considerou o plano como uma ameaça e não permitiu a participação de qualquer país sob seu controle.<sup>48</sup>

Havia um consenso sobre a idéia de não repetir os erros cometidos após a Primeira Guerra Mundial. Harry S. Truman tinha decidido adotar uma política externa ativa, mas o Congresso não era muito a favor.<sup>49</sup> Em 1947, um rigoroso inverno aprofundou ainda mais situação europeia que já estava ruim. A situação era especialmente ruim na Alemanha, William L. Clayton<sup>50</sup> relatou a Washington que milhões de pessoas estavam morrendo lentamente de fome. Igualmente preocupante era a escassez de carvão, um recurso vital para o aquecimento naquele momento. Mas do outro lado do atlântico, os recursos estadunidenses, agrícola, minério e petróleo, entre outros, eram enormes.<sup>51</sup> Com sua base de produção intacta, o país gozava de uma economia robusta, com enormes reservas de ouro, expertise em logística e também contava com uma grande mão de obra. No entanto, a saúde a longo prazo da economia dos EUA dependia de comércio internacional. Dessa forma, os setores de exportação tinham interesse em impulsionar a prosperidade dos clientes europeus.

Outra motivação dos Estados Unidos era uma crescente desconfiança gerada pelo comportamento e ações soviéticas. Essa desconfiança foi confirmada com o início da Guerra Fria, gerando uma bipolaridade mundial entre os sistemas capitalista e comunismo. O Plano Marshall foi uma peça central na estratégia de contenção contra o comunismo. O medo da União Soviética isoladamente não era a principal motivação,

---

<sup>48</sup> GIRAULT. R, LEVY-LEVOYER, M. e DELORS, J. Le plan Marshall et le Relèvement économique de l'Europe, Broché, Paris, 1993

<sup>49</sup> US Department of State, Office of the Historian. "Containment and Cold War, 1945-1961". Disponível em: <<http://history.state.gov/departmenthistory/short-history/containmentandcoldwar>> Acesso em: 20/11/2012

<sup>50</sup> Empresário americano, do setor de algodão, que atuou como Secretário de Estado para Assuntos Econômicos dos EUA de 1946-1947.

<sup>51</sup> GIRAULT. R, LEVY-LEVOYER, M. e DELORS, J. Le plan Marshall et le Relèvement économique de l'Europe, Broché, Paris, 1993

mas sim a popularidade dos partidos comunistas em muitos países da Europa Ocidental.<sup>52</sup>

Na França, a pobreza e a escassez estavam fortalecendo os partidos comunistas subserviente a Moscou e legitimados pelo seu papel no movimento de resistência durante a guerra. Por isso, consideravam importante qualquer ajuda para combater os comunistas. Havia também a vaga esperança de que os países da Europa Oriental poderiam aderir ao plano e, assim, deixar o bloco soviético que se consolidava com o final da guerra.

Marshall fez seu grande discurso na Universidade de Harvard em 5 de junho de 1947. O discurso não continha detalhes ou números. A mensagem mais importante foi o apelo feito aos europeus para se juntarem e criarem seu próprio plano de reconstrução, com a promessa de que os Estados Unidos iriam o financiar.

Em 12 de julho, os europeus se reuniram em Paris. Apenas a Espanha não foi convidada. O máximo que a Tchecoslováquia e Polônia pôde fazer era aceitar o convite. O medo da União Soviética levou também a deserção da Finlândia. Para realizar de fato a promessa americana era necessário negociações entre a Europa e entre e Washington.

Entre os europeus, as coisas não foram fáceis. Os franceses estavam obcecados com a idéia de que a Alemanha pudesse reconstruir seu potencial e ameaça-los. Os países do Benelux, mais próximos da economia alemã, queriam justamente o contrário, desejavam a rápida recuperação de seu principal parceiro comercial. Os suecos não queriam romper os laços com os países do Oriente e portanto se preocupavam em manter a sua neutralidade. Os ingleses exigiam um estatuto especial uma vez que em caso de igualdade de tratamento, baseado na proporção da destruição, receberiam praticamente nenhuma assistência. Já os americanos enfatizavam a importância do livre comércio e união entre os europeus contra o bloco comunista.<sup>53</sup> Os europeus finalmente chegaram ao consenso da cifra de 22 bilhões de dólares, uma soma incomparável para a época, assim Truman reduziu a quantia para 17 bilhões antes de enviar ao Congresso.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> “The Truman Doctrine and Marshall Plan” Disponível em:  
<<http://www.bbc.co.uk/schools/gcsebitesize/history/mwh/ir2/trumandocctrineandmarshallplanrev1.shtml>>  
Acesso em: 03/11/2012

<sup>53</sup> MILLER, F., VANDOME, A. e MCBREWSTER, J. Plan Marshall: Harry S. Truman, Plan Morgenthau, Doctrine Truman, Hyperinflation, Bilan de la Seconde Guerre Mondiale, Libération de la France, Broché, 2010

<sup>54</sup> GIRAULT, R., LEVY-LEVOYER, M. e DELORS, J. Le plan Marshall et le Relèvement économique de l'Europe, Broché, Paris, 1993

Em Washington, o plano encontrou uma forte oposição no Congresso. Ele foi atacado por alguns políticos da direita, porque o achavam muito caro, e por outros da esquerda, que alegavam que o plano era uma subvenção disfarçada para o setor de exportação e que o resultado seria uma polarização interna entre Leste e Oeste. A oposição foi reduzida em decorrência do choque causado pelo golpe de Praga, em fevereiro de 1948. Assim, pouco depois, uma primeira parcela de 5 bilhões de dólares foi aprovada pelo Congresso com um forte apoio bipartidário. Para fazer frente ao comunismo, de acordo com a Doutrina Truman de contenção, Grécia e Turquia, foram os primeiros países ajudados.

### 3.2.8.1 A organização do plano

Foi montada a Administração de Cooperação Econômica (ECA), cuja missão era promover a produção europeia, estabilizar as moedas e facilitar o comércio com os Estados Unidos. Os recursos foram transferidos para os governos europeus, que foram geridos conjuntamente com o ECA. Empresários, sindicalistas e especialistas foram convidados para identificar onde a ajuda era mais necessária. Os recursos foram usados principalmente para compra de equipamentos americanos, em um momento que reservas estrangeiras dos europeus eram praticamente nulas.<sup>55</sup>

Nas compras iniciais foram priorizados alimentos e combustíveis, em seguida, material relacionado com a reconstrução e, finalmente, sob pressões do Congresso, no contexto da Guerra da Coreia, a ajuda para a consolidação das capacidades militares dos países da Europa Ocidental. Dos 13 bilhões de dólares alocados até meados de 1951, 3,4 foram gastos em importações de bens manufaturados e equipamentos para ferrovias, 3.2 para alimentos e fertilizantes, 1,9 para demais bens, como veículos e 1,6 bilhão para combustíveis.<sup>56</sup>

Além disso, um programa de assistência técnica levou milhares de engenheiros e industriais europeus para se capacitarem nos Estados Unidos, e para absorver o fordismo. Paralelamente, centenas de conselheiros americanos foram para a Europa.

---

<sup>55</sup> MILLER, F., VANDOME, A. e MCBREWSTER, J. Plan Marshall: Harry S. Truman, Plan Morgenthau, Doctrine Truman, Hyperinflation, Bilan de la Seconde Guerre Mondiale, Libération de la France, Broché, 2010

<sup>56</sup> MUCHERIE M. "Le Plan Marshall" Disponível em: < <http://www.melchior.fr/Le-plan-Marshall.3933.0.html> > Acesso em: 05/11/2012

Vale mencionar também o papel crucial dos chamados fundos de contrapartida, que se apoiaram no Plano Marshall para estabelecer fundos em moeda local. Na França esses fundos foram usados para reduzir os déficits orçamentários da Quarta República, sendo assim absorvidos pelo orçamento da união.<sup>57</sup>

Como planejado, o Plano Marshall foi concluído em 1951. O custo crescente da Guerra da Coreia e a vitória dos Republicanos, que eram opositores ao plano, nas eleições do congresso de 1950 aniquilaram todos os esforços de estendê-lo. Mas várias outras formas de ajuda americana para a Europa continuaria após 1951.

---

<sup>57</sup> MILLER, F., VANDOME, A. e MCBREWSTER, J. Plan Marshall: Harry S. Truman, Plan Morgenthau, Doctrine Truman, Hyperinflation, Bilan de la Seconde Guerre Mondiale, Libération de la France, Broché, 2010

#### 4 As políticas econômicas francesas e o keynesianismo

Para analisar o planejamento francês como um todo, abordarei o tema através de três óticas diferentes. Primeiro o planejamento como um processo de tomada de decisão, depois o planejamento como o estabelecimento de um novo arranjo institucional e administrativo, e por último, a criação de novas normas sociais e econômicas através do planejamento.

Abordando a planificação como um processo de tomada de decisão, nos leva a analisar o processo de planejamento como um fator de redução de incerteza. Um método para evitar inconsistências entre as estratégias adotadas e o comportamento dos agentes econômicos, para atender aos objetivos de um projeto coletivo, entre o setor público e privado, para o desenvolvimento econômico e social. Também é necessário avaliar o planejamento quantitativamente, comparando as metas estabelecidas em relação aos resultados reais. Essa última análise, geralmente nos conduz a uma superestimação do papel dos planos, por exemplo, ao atribuir as altas taxas de crescimento da economia francesa nos anos 1950 e 1960 como resultado exclusivo do planejamento ou a uma conclusão de que o planejamento não teve qualquer efeito significativo. Esta segunda conclusão é resultante do livro, *Industrial Planning in France*, dos autores John McArthur e Bruce Scott. Seu estudo empírico descobriu que qualquer influência do Estado sobre o setor industrial não poderia ser atribuído às estruturas do planejamento.<sup>58</sup> Isto é explicado pela sua descoberta de que os planos econômicos da França não foram estruturados de acordo com o modelo de planejamento estratégico corporativo, como se a economia fosse dividida analogamente aos diferentes setores de um empresa. Caso tivessem sido, seria possível atribuir uma causalidade mais precisa entre os resultados e as metas declaradas. Mas segundo os autores, é pressuposto questionável de que o planejamento possa ser descrito como o de uma empresa.

---

<sup>58</sup> MCARTHUR, J. e SCOTT, B. *Industrial planning in France*, Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1969

Tabela 1: Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto

Taxa de Crescimento	Planos Econômicos					
	I	II	III	IV	V	VI
Prevista	-	4,4	4,7	5,5	5,7	6
Efetiva	-	5,4	3,8	5,8	5,9	4,1

Fonte: QUINET, E. La planification française, coll. Que sais-je, n°2532, PUF, Paris, 2000, pg. 233

Porém como podemos ver na tabela acima, em relação ao crescimento econômico, as metas foram ultrapassadas até o quinto plano. Apenas no terceiro que ficou um pouco aquém, mas mesmo assim bem próximo da meta. A taxa de crescimento efetiva ficou aquém da meta durante o terceiro plano devida a dificuldade do contexto econômico da época, entre a Guerra da Argélia, um excesso de demanda interna e as pressões no mercado de trabalho causada pelos sindicatos. O resultado do sexto plano também ficou abaixo da meta. Isso aconteceu porque até então os objetivos dos planos tinham sido bem definidos em termos das metas de crescimento a serem atingidas, mas, no sexto plano houve um certo relaxamento, quando o uso de fórmulas ambíguas resultou em que os números previstos foram mais indicativos do que propriamente perseguidos como objetivo final.

A análise quantitativa do primeiro plano é um pouco mais complicada de ser feita, uma vez que as estatísticas correspondentes ainda não existiam oficialmente, e sua função foi de lançar as bases da reconstrução para possibilitar a boa execução dos próximos planos. Mas, o plano foi bem executado, pois conseguiu reconstruir os setores que tinham sido prejudicados e destruídos pela guerra e também implementar os órgãos e instituições, como o SEEF, necessários para se ter uma melhor gerência da economia.

Portanto ao abordar o planejamento como um processo de tomada de decisão, podemos concluir que, na prática, esse planejamento se aproxima de maneira relativamente forte ao keynesianismo. Esse processo de tomada de decisão foi importante para reduzir a incerteza da economia do ponto de vista dos empresários, permitindo ter uma maior eficiência das políticas implementadas pelo estímulo ao investimento e pelo alinhamento entre as ações dos agentes econômicos e a estratégia adotada por tais políticas. Sendo esse um ponto importante para a teoria keynesiana.

Essa incerteza também foi reduzida pelos diversos órgãos, instituições e processos administrativos que foram implementados.

Do ponto de vista quantitativo, no período do segundo plano (1954-1957), a produção industrial aumentou em 25%, a produção agrícola aumentou em 20% e as construções em 60%. Já o terceiro plano (1958-1961), houve um aumento de 27% da produção em relação a 1956.<sup>59</sup> Na fase de quarto plano (1962-1965), houve um crescimento bruto da produção interna de 24% e um aumento de 50% dos bens públicos no período.<sup>60</sup> Durante os anos do quinto plano (1966-1970) a taxa de crescimento anual foi em torno de 5%.<sup>61</sup> E por último, nos anos do sexto plano (1971-1975) a produção industrial ao um ritmo anual em torno de 7,5%.<sup>62</sup> O governo conduziu uma política econômica ativa afim de atingir tais resultados, gerando em média, um nível satisfatório de emprego durante todos esses anos. Apesar de na prática ser discutível até que ponto podemos atribuir o crescimento de forma precisa a planificação, para efeito de comparação, também não temos como saber o que teria acontecido caso não tivesse ocorrido tal planificação econômica. E na concepção do planejamento havia a ideia de atingir tais resultados, sendo igualmente alinhado ao keynesianismo.

O segundo ponto de vista do planejamento, como o estabelecimento de um novo arranjo institucional e administrativo, enfatiza o planejamento como um novo modo de ação do serviço público francês. A estrutura burocrática passou a adotar uma forma organizada e ritualizada da tomada de decisão através das comissões de planejamento. A importância do planejamento é que ele trouxe um novo relacionamento e um novo modo de ação entre o setor público e privado. Este ponto foi mais importante na fase da elaboração do planejamento, durante as negociações, do que na fase da implementação e execução.

Essa função é exemplificada pelo Comissariado Geral do Plano. Este foi o órgão, criado em 1946, responsável pela interlocução entre o empresariado e o setor público, com funções de concepção, conselho e avaliação dos planos. Mas sempre de um ponto de vista da interface entre os diferentes grupos, uma vez que o órgão não tinha poder

---

<sup>59</sup> PASCALLON, P., *Synoptique des plans*, Cahiers français, coll. "La Documentation Française", Paris, 1977 pg. 24

<sup>60</sup> PASCALLON, P., *Synoptique des plans*, Cahiers français, coll. "La Documentation Française", Paris, 1977 pg. 25

<sup>61</sup> PASCALLON, P., *Synoptique des plans*, Cahiers français, coll. "La Documentation Française", Paris, 1977 pg. 26

<sup>62</sup> PASCALLON, P., *Synoptique des plans*, Cahiers français, coll. "La Documentation Française", Paris, 1977 pg. 27

direto sobre nenhum deles. Mas essa função foi de extrema importância para uma maior eficiência justamente da comunicação entre os diferentes grupos e setores.

Essa foi um outro mecanismo de redução da incerteza. Pois passava uma maior tranquilidade para os agentes uma vez que os processos, e juntamente com a tomada de decisão, foram melhores organizados. Portanto, a economia de uma maneira geral, em relação ao que poderia ser controlado pelo governo francês, tinha uma maior segurança em relação ao futuro, tendo o incentivo de investirem mais gerando mais renda e emprego, e assim combater o possível problema do “estado de espírito” dos empresários. Portanto esse ponto também é bastante relacionado ao intervencionismo keynesiano.

A terceira ótica do planejamento, a da criação de novas normas sociais e econômicas, é um resultado direto do efeito causado pela duas primeiras. O processo de tomada de decisão e o estabelecimento do novo arranjo institucional e administrativo permitiu que o planejamento também fosse um instrumento de progresso social. A medida que se foi atingindo o crescimento econômico, o plano do desenvolvimento social foi ficando cada vez mais importante, seja por uma iniciativa do próprio governo, como a preocupação de acomodação da geração do *baby-boom*, ou seja pela imposição e exigência da própria sociedade, como a crise social de maio de 1968. Portanto o planejamento passou também a tentar assegurar o interesse geral do povo, a medida que tentava satisfazer, dentro do possível e do razoável, um pouco do interesse de cada classe social.

Então, o planejamento pode ter ajudado o crescimento na medida em que levou empresários e órgãos do governo a antecipar o futuro de uma forma mais otimista do que teria feito sem o plano. Assim, as previsões que consideravam os interesses do povo, contribuíram para um clima de expansão. Mais uma vez, isso resultou na redução da incerteza e estímulo ao investimento, contribuindo para uma melhor taxa de emprego, maior produto e melhoria da condição de vida da população.

Esse período, de 1945-1975, de forte crescimento ficou conhecido como os trinta gloriosos. O crescimento econômico foi marcado pela sua intensidade e regularidade, mas obviamente com alguns momentos de dificuldades e de baixas, como por exemplo a crise social de maio de 1968 e a crise do petróleo de 1973. O país que estava destruído economicamente e socialmente após a Segunda Guerra Mundial conseguiu se reconstruir e retomar sua posição de um país potência no cenário global. Após o conflito a França, do ponto de vista econômico, estava extremamente limitada de seu

parque industrial e infraestrutura, chegando até em alguns pontos estar virtualmente sem nada. Nesse aspecto, a França, com o objetivo de atingir a sua soberania pela independência econômica e ter uma maior independência internacional, desenvolveu com muito esforço indústrias praticamente do zero sem nenhuma ajuda externa. Esse foi o caso, por exemplo, do setor de defesa. O país desenvolveu a bomba atômica totalmente francesa em 1964, através da iniciativa do *Commissariat à l'Energie Atomique*, criado já em 1945. O país também tem hoje diversas empresas que são líderes mundiais em diferentes setores da economia, que só puderam se desenvolver graças a esse período da história francesa.

Do ponto de vista social, havia uma enorme concentração de uma população rural e milhares de pessoas desabrigadas, famintas e sem oportunidades. No entanto, ao fim dos planos, a economia tinha sido reestruturada e modernizada permitindo o já mencionado crescimento. Esse avanço econômico gerou uma demanda de mão de obra para indústria e para as cidades, criando um êxodo rural. Assim, foi gerado um aumento do produto, que aumentou a renda e o nível de emprego, aumentando também os investimentos e os salários. Essas mudanças colaboraram para que a população se unisse em cada setor de atividade para defender seus interesses, resultando na formação dos fortes sindicatos franceses. Esses fatores, acrescido do grande investimento em bens públicos, contribuíram para uma melhoria do nível e da qualidade de vida da população como um todo.

## 5 Conclusão

Na França, a intervenção do Estado se deu através de um planejamento indicativo, diferentemente do planejamento imperativo nos países socialistas, e foi se tornando mais flexível ao longo dos anos. Após a vitória das forças aliadas, o Governo Provisório implementou um programa abrangente de nacionalizações para dar ao governo o controle sobre áreas consideradas essenciais para reconstruir e modernizar a economia. Este programa aplicou-se tanto à indústria como ao setor financeiro, permitindo o Estado ter uma melhor gerência sobre os setores chave, como a infraestrutura, energia e crédito. O Commissariado Geral do Plano, criado em 1946, teve o objetivo de orientar e coordenar os diversos setores da economia.

Conforme descrito acima, os primeiros planos quinquenais, que foram lançados para realizar a reconstrução logo após a Segunda Guerra Mundial, tiveram um conjunto de metas precisas para a produção de base, em setores como energia, siderurgia, e bens de capital. À medida que se foi atingindo o crescimento e o desenvolvimento econômico, também passaram a ser incorporados objetivos de estabilização macroeconômica e de desenvolvimento social, com o objetivo de melhorar o nível e a qualidade de vida da sociedade.

O intervencionismo estatal teve uma grande função de vigiar e de guiar e orientar a economia francesa durante todo o processo de planejamento, onde isso foi mais importante logo após a liberação. Os empresários e autoridades econômicas estavam ainda traumatizados com a crise financeira de 1929 e do período do pré-guerra. Estes acreditavam que crescimento seria de curto prazo, decorrente apenas da fase de reconstrução, e atraso econômico gerado pela destruição e o estrago psicológico da Segunda Guerra Mundial, a economia estagnaria novamente, como tinha sido o caso no período após a Primeira Guerra Mundial. No início, as autoridades do planejamento tiveram dificuldade em transmitir a mensagem de que o forte crescimento poderia e deveria continuar. Mas graças ao processo de tomada de decisão e o modo em que a administração se estabeleceram, eventualmente elas foram bem sucedidas nessa empreitada, atribuindo esse resultado justamente ao processo de planejamento.

Deve-se destacar também a importância dos Planos Schuman e Marshall, atuando no âmbito internacional, para esse resultado positivo. O Plano Schuman foi idealizado

na França, mas teve consequências além de suas fronteiras com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Essa não só garantiu uma fonte desses dois recursos que foi de extrema importância para alimentar sua indústria e dessa forma conduzir a recuperação e o crescimento econômico, como também lançaram a base para a união europeia moderna após a Segunda Guerra Mundial. O Plano Marshall também foi importante na medida em que os repasse dos recursos estadunidenses permitiram uma aceleração dos investimentos, apoiando o processo de planejamento financeiramente uma vez que esses recursos foram aplicados também nos fundos de contrapartida. Ele também foi importante para unir a Europa, do ponto de vista ideológico e político contra o comunismo da União Soviética, fazendo com o capitalismo fosse triunfante na Europa Ocidental.

Vale ressaltar também a importância de personagens como Jean Monnet, o General Charles De Gaulle, Robert Schuman e George Marshall, entre outros. Cada um a sua maneira e dentro de suas respectivas esferas de influência, foram significativamente responsáveis pela idealização, implementação e execução do planejamento econômico.

Para finalizar, vemos um forte alinhamento do planejamento e do keynesianismo, ao analisar esse período à luz dessa teoria, apesar da dificuldade de atribuição causal do efeito quantitativo do período à planificação. Em contrapartida, não temos como saber como teria sido esse desenvolvimento sem o planejamento dos planos econômicos intervencionistas. Como vimos, após a liberação, o planejamento teve um papel importante na educação dos agentes econômicos. Através do processo de tomada de decisão, das instituições e administração criadas e das novas normas sociais e econômicas, a incerteza foi reduzida, melhorando as expectativas em relação ao futuro. O resultado foi uma segurança que levou a um maior investimento, gerando crescimento, aumento dos empregos, salários e da renda estimulando também o consumo. Ou seja, no geral, instalou-se um ciclo virtuoso, ao invés de vicioso como era temido pelo keynesianismo. Isso possivelmente foi resultado significativamente do intervencionismo do Estado, através da institucionalização e da adoção de políticas monetárias e fiscais para incentivar tal mecanismo, ponto que também é defendido pela teoria keynesiana.

Desse modo, através da análise feita podemos dizer que o planejamento econômico francês após a Segunda Guerra Mundial se deu sob uma forma de “keynesianismo emergencial”.

## **Bibliografia**

ANDRE C. e DELORME R. L'Etat et l'économie. Un essai d'explication de l'évolution des dépenses publiques en France 1870-1980, Seuil, Paris, 1983.

BELTRAN A. De Monnet Massé. Enjeux politiques et objectifs économiques dans le cadre des quatre premiers Plans (1946-1965), Annales. Économies, Sociétés, Civilisations, vol. 43, n° 5, 1988.

BEREND Y. Histoire économique de l'Europe du XXe siècle, Broché, Paris, 2008.

BRISSON E. e SMITS F. Prépabac, Hatier, Paris, 2009.

COSTA, N. e LAUNAY, O. John Maynard Keynes: vie, oeuvre, concepts, Broché, Paris, 2010.

CROUZET F. e POUSSOU J-P. L'économie française du XVIIIe au XXe siècle, Presses de l'université Paris-Sorbonne, Paris, 2000.

ELDIN, G., FOURNIÉ, P., LE MENN, A. e SOUTOU, G. L'europe de Robert Schuman, Broché, Paris, 2001.

FONTAINE P. La Déclaration Schuman 9 mai 1950, Groupe du PPE-DE Service Recherche et Documentation, 2000.

FOURASTIÉ, J, e COURTHEOUX, J. La planification économique en France, P.U.F., Paris, 1963.

GERMAIN, E. e HUSSON, E. Robert Schuman: Homme d'Etat, citoyen du Ciel, Broché, Paris, 2006.

GIRAULT. R, LEVY-LEVOYER, M. e DELORS, J. Le plan Marshall et le Relèvement économique de l'Europe, Broché, Paris, 1993.

HUYNH K. e BESANCENOT D., Économie industrielle, Broché, Paris, 2004.

JUDT T. Pós-Guerra – História da Europa desde 1945, Objetiva, Rio de Janeiro, 2007.

KOGEJ J. Les mutations de l'économie mondiale du début du XXe siècle aux années 1970..., Broché, Paris, 2005.

KÖVÉR, J. Le plan Schuman: Ses mérites – ses risques, Broché, Paris, 2008.

MCARTHUR, J. e SCOTT, B. Industrial planning in France, Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1969.

MIGNON, V. La Macroéconomie après Keynes, La Découverte, Paris, 2010.

MILLER, F., VANDOME, A. e MCBREWSTER, J. Plan Marshall: Harry S. Truman, Plan Morgenthau, Doctrine Truman, Hyperinflation, Bilan de la Seconde Guerre Mondiale, Libération de la France, Broché, 2010.

MONNET, J. Mémoires, Fayard, Paris, 2011.

MORVAN Y. Fondements d'économie industrielle, Broché, Paris, 1991.

NAPOLEONI, C. A Teoria Económica no Século XX, Editorial Presença, Lisboa, Portugal, 1963.

PALIER B. Trois leçons sur l'État-providence, Seuil, Paris, 2008.

PASCALLON, P. Synoptique des plans, , Cahiers français, coll. La Documentation Française, Paris, 1977.

PHILIPPONNEAU M. L'information géographique, Volume 19 n°1, Paris, 1955.

POULON, F. La Pensée Économique de Keynes, Broché, Paris, 2011.

QUINET, E. La planification française, coll. Que sais-je, n°2532, PUF, Paris, 2000.

SIRINELLI J-F. La France de 1914 à nos jours, PUF, 2004.

VESSEMONT H. e ARNAUD N. Le Bac Histoire-Géographie, First, Paris, 2011.

CLORIEN F. “Les morts de la Seconde Guerre mondiale” Disponible em: <[http://www.cndp.fr/crdp\\_reims/memoire/bac/2GM/etudes/05morts.htm](http://www.cndp.fr/crdp_reims/memoire/bac/2GM/etudes/05morts.htm)> Acesso em: 22/10/2012

MONNET, J. “Jean Monnet annonce les objectifs du premier plan” Disponible em: <<http://www.ina.fr/fresques/jalons/fiche-media/InaEdu01013/>> Acesso em: 02/11/2012

MUCHERIE M. “Le Plan Marshall” Disponible em: <<http://www.melchior.fr/Le-plan-Marshall.3933.0.html>> Acesso em: 05/11/2012

SIRINELLI J. “La France des Trente Glorieuses (1944-1974)” Disponível em:  
<<http://www.philisto.fr/cours-115-la-france-des-trente-glorieuses-1944-1974.html>>  
Acesso em: 16/10/2012

TERRAY A. “L'organisation de la prévision économique au ministère des Finances entre 1948 et 1968” Disponível em:  
<[http://www.minefi.gouv.fr/notes\\_bleues/nbb/nbb250/250\\_org.htm](http://www.minefi.gouv.fr/notes_bleues/nbb/nbb250/250_org.htm)> Acesso em:  
04/11/2012

“The Truman Doctrine and Marshall Plan” Disponível em:  
<<http://www.bbc.co.uk/schools/gcsebitesize/history/mwh/ir2/trumandoctrineandmarshallplanrev1.shtml>> Acesso em: 03/11/2012

US Department of State, Office of the Historian. “Containment and Cold War, 1945-1961” Disponível em: < <http://history.state.gov/departmenthistory/short-history/containmentandcoldwar> > Acesso em: 20/11/2012

Loi n° 46-628 du 8 avril 1946 sur la nationalisation de l'électricité et du gaz. Disponível em:  
< <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000868448&dateTexte=19460409>> Acesso em: 01/11/2012

Loi n° 45-15 du 2 décembre 1945 relative à la nationalisation de la Banque de France et des grandes banques et à l'organisation du crédit. Disponível em:  
< <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000006072686&dateTexte=20101130>> Acesso em: 01/11/2012